

A periferia da fibra óptica



» GUILHERME FRIZZERA
Doutor em relações internacionais pela UnB. Professor e coordenador do bacharelado em relações internacionais da Uninter

Trump pressiona o Brasil, ameaça, declara preferências e oferece às candidaturas um assunto pronto. Milei converte afinidade ideológica em participação na eleição do país vizinho. As campanhas reagem conforme suas conveniências, algumas denunciando a ingerência, outras celebrando-a, todas calculando seus efeitos eleitorais. Enquanto isso, minerais brasileiros alimentam a cadeia digital, dados produzidos no país são processados por sistemas estrangeiros e centros de dados chegam cercados pela promessa de que consumir energia aqui significa conquistar autonomia. É possível que a política externa nunca tenha parecido tão presente numa eleição brasileira. Também é possível que continue ausente.

Bajular Trump não constitui uma política para os Estados Unidos, assim como criticar Milei não define uma estratégia para a América do Sul. Ambos mobilizam eleitores e oferecem vocabulário aos candidatos. Nenhum deles responde à pergunta que deveria organizar o debate. Como o Brasil pretende ocupar uma economia internacional em que produção, comércio, tecnologia e segurança já não funcionam como campos separados?

A resposta começa antes do celular, da nuvem e da inteligência artificial. Começa nos minerais críticos, atravessa energia, semicondutores, cabos, centros de dados e processamento, até chegar aos sistemas que organizam informação, crédito, consumo e defesa. Quem controla essas etapas define acessos, estabelece dependências e pode converter uma decisão econômica em limite político.

O Brasil reúne minerais, energia, território, mercado, universidades e capacidade científica. Isso não lhe garante autonomia. Um país pode se tornar necessário para a economia digital e continuar irrelevante na definição de suas regras. Pode fornecer lítio, terras raras e eletricidade, receber centros de dados e, ainda assim, comprar tecnologia, alugar processamento e depender das plataformas que organizam os dados de sua população.

Talvez o Brasil esteja repetindo com o lítio e os dados o que fez com o café e o minério de ferro. A diferença é que, agora, a dependência chega acompanhada de servidores, relatórios de inovação e cerimônias sobre o futuro. Exportam-se os elementos materiais da transformação e importam-se os sistemas que determinam como ela será usada. A periferia não desaparece quando se torna digital. Ela ganha fibra óptica. Por isso, o debate não se resolve perguntando quantos centros de dados o país deve atrair, quais incentivos deve conceder ou se a exploração mineral será estatal ou privada. Essas decisões importam, mas não constituem uma estratégia internacional.

Uma empresa estatal pode exportar

matéria-prima sem criar capacidade tecnológica. Uma empresa privada pode investir sem deixar no país mais do que a extração. Um centro de dados pode consumir energia brasileira e obedecer a decisões tomadas fora do Brasil. A questão é outra. Quais capacidades permanecem quando o investimento chega, opera e parte? Pesquisa, processamento, formação técnica, produção local e propriedade intelectual não podem depender da boa vontade do parceiro. Precisam integrar os termos de sua entrada.

Uma cadeia com muitos elos permite escolher quais deles ocupar. É essa a soberania possível para um país que não controla sozinho a cadeia e sabe que nenhum outro país a controla por inteiro. Recusar-se a depender de um único fornecedor de tecnologia ou de um único comprador de matéria-prima não é neutralidade, é estratégia. O Brasil não precisa de distância igual entre Estados Unidos, China e Europa. Precisa impedir que a proximidade com um feche as portas abertas pelos outros.

É nesse mundo que a eleição de 2026 deveria obrigar as candidaturas a explicar quais dependências aceitam, quais pretendem reduzir e como transformariam recursos em poder de negociação. Trump e Milei continuarão oferecendo fatos e provocações à campanha brasileira. Enquanto as candidaturas calculam o ganho de cada reação, o lítio continuará saindo, os dados continuarão circulando e os sistemas continuarão sendo construídos. Talvez, quando o Brasil decidir qual posição deseja ocupar, ela já tenha sido escolhida por quem controla a cadeia.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



A nova face do eleitor brasileiro



» MURILO MEDEIROS
Cientista política da Universidade de Brasília (UnB) e analista em Poder Legislativo e estudos eleitorais

A grande transformação desta eleição não está nos candidatos. Está no perfil do eleitor. O Brasil que irá às urnas em 2026 é diferente daquele que escolheu seus representantes há quatro anos. O eleitorado envelheceu, tornou-se mais escolarizado, ampliou a presença feminina, está mais conectado à internet, cresce em regiões historicamente menos valorizadas pela política nacional e demonstra uma independência cada vez maior em relação aos partidos. A sociedade avançou mais depressa do que a capacidade da política de compreender suas transformações.

Os dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que a demografia passou a exercer influência direta sobre a agenda eleitoral. Talvez essa seja a mudança mais significativa desta disputa. Hoje, um em cada quatro brasileiros aptos a votar tem 60 anos ou mais. Em oito anos, esse grupo passou de 18% para quase 24% do eleitorado total. À medida que a população envelhece, temas como saúde, aposentadorias, cuidados de longa duração, mobilidade urbana e segurança ganham espaço no debate público. Ignorar essa agenda passou a custar votos.

Ao mesmo tempo, o eleitor brasileiro tornou-se mais escolarizado. O maior contingente do eleitorado possui ensino médio completo, enquanto

cerca de 18 milhões concluíram o ensino superior. Mais escolaridade não elimina o peso da emoção nas eleições, mas amplia a disposição para comparar propostas, verificar informações e cobrar coerência dos candidatos. Campanhas sustentadas apenas por slogans encontram um eleitor menos disposto a aceitar respostas fáceis.

Outro movimento importante é o fortalecimento da presença feminina nas urnas. As mulheres já eram maioria entre os eleitores e ampliaram ainda mais essa vantagem, aproximando-se de uma diferença de 9 milhões de eleitoras em relação aos homens — praticamente o equivalente ao eleitorado da cidade de São Paulo. Além de serem maioria, comparecem mais às urnas e registram índices menores de abstenção. Diante de uma eleição bastante acirrada, conquistar a confiança do eleitorado feminino tornou-se central para todas as candidaturas.

O mapa eleitoral passa, igualmente, por mudanças importantes. Norte, Centro-Oeste e Nordeste ampliaram seu peso na composição do eleitorado nacional, enquanto o Sudeste recuou. Os grandes centros urbanos continuam sendo determinantes para a fotografia final das urnas. Os cinco maiores colégios eleitorais — São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Paraná — reúnem 52% do eleitorado brasileiro.

Há também uma transformação no comportamento do eleitor. O brasileiro tornou-se menos fiel a partidos e lideranças. O voto está mais volátil, mais pragmático e mais condicionado à percepção de resultados concretos. O cidadão, com mais independência, pune rapidamente quem frustra expectativas. Esse perfil ajuda a explicar o elevado número de brasileiros que ainda permanecem indecisos na escolha do voto.

As prioridades da sociedade, principalmente entre jovens, estão mais sofisticadas. Cresce o número de brasileiros que desejam depender menos do Estado para melhorar de vida, apegados à autonomia, ao empreendedorismo e à possibilidade de construir a própria trajetória. É uma mudança cultural que tende a influenciar o debate eleitoral nos próximos anos.

Também mudou a forma como o eleitor se informa. São mais de 168 milhões de brasileiros conectados. As redes sociais, a despeito de amplificar vozes e acelerar a circulação de informações, nem sempre refletem a opinião da maioria. Quase sempre reforçam temas que permanecem restritos a grupos altamente engajados, criando a impressão de consenso onde existe apenas uma bolha digital.

É um quadro que ajuda a explicar por que os meios tradicionais de comunicação continuam exercendo papel relevante nas campanhas. Nas eleições municipais de 2024, por exemplo, 75% das candidaturas com maior tempo de propaganda na televisão saíram vitoriosas. A televisão e o rádio continuam sendo indispensáveis para alcançar o eleitorado amplo e heterogêneo que costuma decidir as eleições.

O retrato do eleitor brasileiro revela uma sociedade mais madura, mais escolarizada, mais conectada e menos presa a cartilhas ideológicas. É um eleitor que cobra menos discursos e mais resultados, que valoriza estabilidade sem abrir mão de mudanças e que toma decisões de forma cada vez mais pragmática. Antes de perguntar quem vencerá a eleição, talvez seja mais adequado perguntar quem conseguiu compreender o novo eleitor brasileiro. Afinal, o eleitor mudou. A política ainda precisa alcançá-lo.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

A escola clássica volta à escola do futuro

Vivemos a década em que a inteligência artificial (IA) resolve equações impossíveis e em que a computação quântica promete redesenhar a própria noção de cálculo. Seria de se esperar, portanto, que a escola mais bem-sucedida do nosso tempo fosse também a mais tecnológica: telas em toda carteira, algoritmos adaptativos, gamificação, realidade aumentada. A surpresa incômoda para boa parte dos educadores que apostaram todas as fichas na inovação digital é que algumas das experiências educacionais mais consistentes e mais celebradas da atualidade vêm de escolas que fizeram o caminho inverso. Em vez de acumularem ferramentas novas, essas escolas desenterraram uma ferramenta muito antiga: o Trivium, estrutura de ensino da gramática, da lógica e da retórica que organizava as escolas monásticas e as primeiras universidades da Idade Média.

A pista para entender esse movimento está em um pequeno ensaio de 1947. *As ferramentas perdidas da aprendizagem*, da escritora e tradutora britânica Dorothy Sayers. Nele, Sayers argumenta: o modelo escolar herdado da Revolução Industrial com disciplinas fatiadas, conteúdos decorados, conclusões prontas e entregues ao aluno para memorização produz jovens abarrotados de informação e, ao mesmo tempo, incapazes de articular um raciocínio próprio. O Trivium, ao contrário, não ensina “matérias”: ensina operações da mente. Na fase da gramática, a criança pequena absorve fatos, vocabulário e estruturas com a avidez natural de quem aprende com prazer. Na fase da lógica, o pré-adolescente aprende a organizar esses fatos, a identificar falácias, a argumentar com coerência e sentido. Na fase da retórica, o jovem aprende a comunicar as próprias conclusões com clareza e beleza. O resultado pretendido não é o aluno que sabe a resposta certa, mas o aluno que sabe como chegar a qualquer resposta ou a definição mais precisa possível do que significa aprender a aprender.

Esse programa, que soa arcaico à primeira vista, é hoje o motor de um dos movimentos educacionais de crescimento mais rápido nos Estados Unidos. A chamada educação clássica, presente tanto em redes de escolas particulares quanto em um contingente expressivo de famílias que educam os filhos em casa, multiplicou o número de escolas cristãs clássicas de poucas dezenas para centenas nas últimas três décadas, um crescimento que os próprios pesquisadores do campo descrevem como o mais acelerado entre os modelos alternativos de ensino no país.

Levantamentos como o Cardus Education Survey, que acompanhou mais de mil egressos desse tipo de escola, mostram diferenças difíceis de ignorar: cerca de 81% desses alunos ingressam imediatamente no ensino superior, contra 59% dos egressos de escolas públicas e 64% dos egressos de escolas católicas tradicionais na mesma pesquisa; e cerca de 64% concluem a graduação, taxa superior à de pares oriundos de escolas evangélicas convencionais e de escolas públicas.

O Ideb, índice brasileiro que combina proficiência e fluxo escolar numa escala de 0 a 10, chega a 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental, mas cai para 5,0 nos anos finais e desaba para 4,3 no ensino médio, sinal de que a escola brasileira perde o aluno exatamente na fase em que ele deveria estar desenvolvendo capacidade de argumentação e leitura crítica. Organizações da sociedade civil apontam o investimento público insuficiente, historicamente abaixo de 4% do PIB, como um dos fatores estruturais por trás desse quadro, ao lado de políticas como a progressão continuada sem mecanismos eficazes de reforço pedagógico, que reduziram a evasão escolar, mas não resolveram o deficit de aprendizagem.

Há sinais, ainda tímidos, de que parte do Brasil já percebeu o problema. Nos últimos anos, multiplicaram-se pelo país pequenas escolas particulares e grupos de ensino domiciliar que se autodenominam “clássicos” e adaptam o Trivium à realidade brasileira, com aulas de latim, debate e leitura de textos originais em vez de resumos didáticos. São iniciativas ainda restritas a famílias de maior poder aquisitivo e a nichos urbanos, sem qualquer equivalente na rede pública, que concentra a esmagadora maioria dos alunos do país.

Um país que decora fórmulas sem compreender por que elas funcionam, que treina para o gabarito da prova em vez de para o argumento, continuará produzindo jovens tecnicamente equipados e intelectualmente desarmados diante da próxima onda de mudança, seja ela a inteligência artificial, seja a computação quântica, seja qualquer outra que ainda venha a ter um nome que ainda não conhecemos.

A frase que foi pronunciada:

“Temos uma população alfabetizada, no sentido de que todos são capazes de ler e escrever; porém, devido à ênfase dada à formação científica e técnica em detrimento das humanidades, muito poucos dos nossos cidadãos aprenderam a compreender e a usar a linguagem como instrumento de poder.”

Dorothy Sayers

Imundície

» Constrangedora a situação dos banheiros do Aeroporto Internacional da capital do país. Na quarta feira pela manhã, a situação estava alarmante.

História de Brasília

Pontes de Miranda esclarece mais, examinando justamente os casos dos possuidores de dupla nacionalidade (caso de Mazzola e Sormani): “O que lhe importa (ao Brasil) é saber que o seu nacional prefere outra nacionalidade. Portanto, a expressão “naturalização Voluntária” abrange, no inciso I, a ligação posterior, voluntária, qualquer que seja a outro estado.” (Publicada em 25/5/1962)